

**Prestação de serviços de manutenção e monitoramento da coleta, processamento e queima do biogás do aterro da Central de Tratamento de Resíduos Sólidos – CTRS – BR 040**

**ANEXO XV**

**MINUTA DE CONTRATO**

**CONTRATO SLU/DR.JUR Nº \_\_\_\_/\_\_\_\_**

**PROCESSO Nº. \_\_\_\_\_**

**CONTRATANTE: SUPERINTENDÊNCIA DE LIMPEZA URBANA – SLU**

**CONTRATADA: \_\_\_\_\_**

**LOTE: \_\_\_\_\_**

**CONTRATO Nº \_\_\_\_/2024, QUE ENTRE SI FAZEM, A SUPERINTENDÊNCIA DE LIMPEZA URBANA, DENOMINADA CONTRATANTE E \_\_\_\_\_, DENOMINADA CONTRATADA, PARA A PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE OPERAÇÃO, MANUTENÇÃO E MONITORAMENTO DA COLETA, PROCESSAMENTO E QUEIMA DO BIOGÁS DO ATERRO SANITÁRIO DA CENTRAL DE TRATAMENTO DE RESÍDUOS SÓLIDOS – CTRS – BR 040, PERTENCENTE À SUPERINTENDÊNCIA DE LIMPEZA URBANA – SLU, AUTARQUIA MUNICIPAL RESPONSÁVEL PELA ELABORAÇÃO, CONTROLE E EXECUÇÃO DE PROGRAMAS E ATIVIDADES VOLTADAS PARA A LIMPEZA URBANA DO MUNICÍPIO DE BELO HORIZONTE, SOB AS CLÁUSULAS E CONDIÇÕES SEGUINTE:**

**CLÁUSULA PRIMEIRA – DAS PARTES**

- 1.1.** São partes neste Contrato, através de seus representantes, como CONTRATANTE, a SUPERINTENDÊNCIA DE LIMPEZA URBANA – SLU, inscrita no CNPJ sob o nº 16.673.998/0001-25, representada pelo Superintendente, Gilberto Silva Ramos, e, como CONTRATADA, \_\_\_\_\_, inscrita no CNPJ sob o nº \_\_\_\_\_, com sede em \_\_\_\_\_, neste ato representada por seu representante legal.

**CLÁUSULA SEGUNDA – DO OBJETO**

- 2.1.** É objeto deste Contrato a prestação de serviços de operação, manutenção e monitoramento da coleta, processamento e queima do biogás do Aterro Sanitário da

**Prestação de serviços de manutenção e monitoramento da coleta, processamento e queima do biogás do aterro da Central de Tratamento de Resíduos Sólidos – CTRS – BR 040**

Central de Tratamento de Resíduos Sólidos – CTRS – BR 040, pertencente à Superintendência de Limpeza Urbana – SLU, autarquia municipal responsável pela elaboração, controle e execução de programas e atividades voltadas para a limpeza urbana do Município de Belo Horizonte, conforme condições discriminadas no Termo de Referência, no Projeto Básico e em seus documentos integrantes e indissociáveis, em decorrência julgamento da **Licitação nº \_\_\_\_\_/2024**, segundo a **Proposta** e demais peças integrantes do Edital respectivo, as quais, conhecidas e aceitas pelas partes, incorporam-se a este instrumento, independentemente de transcrição.

**CLÁUSULA TERCEIRA – DO VALOR DO CONTRATO**

- 3.1. O valor da contratação é de R\$ \_\_\_\_\_(\_\_\_\_\_), correspondente ao produto dos preços unitários propostos pela CONTRATADA aplicados às quantidades estimadas na Planilha de Orçamento.
- 3.2. No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, como por exemplo: fornecimento e instalação de materiais e equipamentos, \_\_\_\_\_; manutenção e operação de veículos; impostos, taxas; tributos e/ou impostos; seguros e garantias; ART; mão de obra, EPIs e EPC; equipamentos, ferramentas e materiais necessários; mobilização e desmobilização; instalação e manutenção de locais para guardar e reparar veículos e equipamentos; combustíveis; obrigações trabalhistas e previdenciárias; bem como administração e lucro; quaisquer outras despesas pertinentes e necessárias.

**CLÁUSULA QUARTA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA**

- 4.1. As despesas decorrentes do presente procedimento serão acobertadas pela (s) seguinte (s) dotação(ções) orçamentária(s):  
**2708.4501.17.512.046.2.539.0002.339035.01.1.501.784.0000.**
- 4.2. A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.

**CLÁUSULA QUINTA – DA GARANTIA CONTRATUAL**

- 5.1. O presente contrato será garantido por meio de \_\_\_\_\_, no valor de R\$ \_\_\_\_\_ (\_\_\_\_\_), equivalente a 5% (cinco por cento) do valor global/anual do objeto contratado, conforme regras estabelecidas no **item “4.5. Da Garantia Contratual” do Termo de Referência – Anexo I do Edital.**

**CLÁUSULA SEXTA – DA VIGÊNCIA E DA PRORROGAÇÃO**

- 6.1. O prazo de vigência da contratação é de 12 (doze) meses contados da assinatura do contrato, podendo ser prorrogado **até a vigência máxima de 10 anos**, na forma dos arts. 106 e 107 da Lei Federal nº 14.133/2021, por se tratar de serviço continuado.
- 6.1.1. A prorrogação de que trata este item é condicionada ao ateste, pela autoridade competente, de que as condições e os preços permanecem vantajosos para a Administração, permitida a negociação com a CONTRATADA.
- 6.2. A prorrogação deverá ser promovida mediante celebração de termo aditivo.

**Prestação de serviços de manutenção e monitoramento da coleta, processamento e queima do biogás do aterro da Central de Tratamento de Resíduos Sólidos – CTRS – BR 040**

**CLÁUSULA SÉTIMA – DA GESTÃO DO CONTRATO**

- 7.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 13.133/2021 e do Decreto nº 18.324/2023, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.
- 7.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.
- 7.3. As comunicações entre a SLU e a CONTRATADA devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.
- 7.4. O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.
- 7.5. Após a assinatura do contrato ou instrumento equivalente, o órgão ou entidade poderá convocar o representante da empresa CONTRATADA para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução da CONTRATADA, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.
- 7.6. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos, na forma do Decreto Municipal nº 18.324/2023 e do artigo 117 da Lei nº 13.133/2021.
- 7.7. Além do disposto acima, a fiscalização contratual deverá:
- 7.7.1. Verificar se estão sendo cumpridas as especificações técnicas dos serviços, se os materiais atendem as exigências dos projetos, das especificações das normas da SLU e das normas técnicas aplicáveis, exigindo os testes e ensaios normatizados, caso necessários, para garantir a qualidade dos serviços.
- 7.7.2. Analisar e decidir sobre proposições da CONTRATADA que visem melhorar a execução dos serviços.
- 7.7.3. Notificar a CONTRATADA quanto a qualquer falha na prestação dos serviços.
- 7.7.4. Recomendar a aplicação de advertências, multas ou outras penalidades previstas no Contrato.
- 7.7.5. Questionar dos serviços em execução ou executados, materiais em utilização ou já utilizados, sujeitando-os à análise e aprovação.
- 7.8. A existência da Fiscalização não exime a responsabilidade da CONTRATADA.
- 7.9. A SLU poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.
- 7.10. As reuniões deverão ser registradas em atas assinadas pelos presentes, preferencialmente digitadas, contendo no mínimo os seguintes elementos:

**Prestação de serviços de manutenção e monitoramento da coleta, processamento e queima do biogás do aterro da Central de Tratamento de Resíduos Sólidos – CTRS – BR 040**

- 7.10.1.** Nome completo e instituições que representam os convocados e convidados e assinatura da ata pelos presentes;
- 7.10.2.** Anotação dos ausentes que foram convidados ou convocados;
- 7.10.3.** Os problemas relatados deverão apresentar encaminhamentos de soluções, com os responsáveis pelo acompanhamento, com os prazos estabelecidos, a forma, o custo e a justificativa das soluções propostas;
- 7.10.4.** Relação das pessoas que receberão cópias da ata.

**CLÁUSULA OITAVA – DA RESPONSABILIDADE**

- 8.1.** A CONTRATADA assumirá integral responsabilidade por danos eventualmente causados à CONTRATANTE ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo no cumprimento do objeto do contrato, isentando, assim, a CONTRATANTE de quaisquer reclamações que possam surgir consequentemente ao contrato, obrigando-se, outrossim, a reparar os danos causados, independentemente de provocação por parte da CONTRATANTE, ainda que tais reclamações sejam resultantes de atos de seus prepostos ou de quaisquer pessoas físicas ou jurídicas empregadas ou ajustadas na execução do Contrato.
- 8.2.** A CONTRATADA, na vigência do Contrato, será a única responsável, perante terceiros, pelos atos praticados pelo seu pessoal, eximindo a CONTRATANTE de quaisquer reclamações e indenizações. Serão de sua inteira responsabilidade todos os danos materiais e morais causados a seus empregados ou a terceiros, os seguros necessários à execução dos serviços avençados, inclusive os relativos à garantia financeira para aquisição de equipamentos.
- 8.3.** A CONTRATADA assumirá, automaticamente, ao firmar o contrato, a responsabilidade exclusiva por danos causados à CONTRATANTE ou a terceiros, inclusive por acidentes e mortes, em consequência de falhas na execução dos serviços contratados, decorrentes de culpa ou dolo da CONTRATADA ou de qualquer de seus empregados ou prepostos, na forma dos arts. 14, 17, 20 e 23 a 27, da Lei Federal nº 8.078/1990 e, no que couber, pelas disposições da Lei Federal nº 10.406/2002.

**CLÁUSULA NONA – DA CESSÃO DO CONTRATO**

- 9.1.** A CONTRATADA não poderá ceder o contrato, total ou parcialmente, a terceiros em nenhuma hipótese.

**CLÁUSULA DÉCIMA - DA SUBCONTRATAÇÃO**

- 10.1.** Nos termos do item “4.3 – Da Subcontratação” do Termo de Referência – Anexo I do Edital.

**CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DOS SERVIÇOS PREVISTOS NA PLANILHA – FATOR K**

- 11.1.** A CONTRATADA se obriga a aceitar, se necessário, a inclusão, mediante Termo Aditivo a este Contrato, das atividades eventualmente não previstas na Planilha de Orçamento, tendo por base os preços unitários de tabela de referência de preços reconhecida oficialmente, vigente na data de elaboração do orçamento desta

**Prestação de serviços de manutenção e monitoramento da coleta, processamento e queima do biogás do aterro da Central de Tratamento de Resíduos Sólidos – CTRS – BR 040**

contratação, modificados pelo fator "K", obtido pela relação entre o preço global ofertado pela CONTRATADA e o orçamento de custo direto da SLU. Da mesma forma, as atividades não previstas na Planilha de Orçamento, nem constante de tabela de referência de preços reconhecida oficialmente, terão seus preços compostos com base nos elementos que compõem o referido orçamento, modificados pelo fator "K", nos termos do Decreto nº 16.361/2016, atualizado.

**CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DOS TRIBUTOS, OBRIGAÇÕES TRABALHISTAS E PREVIDENCIÁRIAS**

- 12.1. Todos os tributos que incidirem sobre o Contrato ou atividades que constituam seu objeto deverão ser pagos, regularmente, pela CONTRATADA, e por sua conta exclusiva. Competirá, igualmente, à CONTRATADA, o cumprimento de todas as obrigações impostas pela legislação trabalhista e de previdência social pertinentes ao pessoal contratado para a execução dos serviços avençados.

**CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DA RETENÇÃO PREVIDENCIÁRIA E DE IMPOSTO DE RENDA NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO**

- 13.1. Em cumprimento ao disposto no artigo 31 da Lei Federal nº 8.212/1991, com a redação que lhe foi dada pela Lei Federal nº 9.711/1998, tendo em vista a Instrução Normativa RFB n. 2.110/2022, haverá por parte da CONTRATANTE uma retenção de 11% (onze por cento) sobre o valor de cada Nota Fiscal/Fatura ou Recibo a favor da Previdência Social.

13.1.1. A CONTRATADA deverá, se for o caso, discriminar os serviços prestados em condições especiais por seus empregados, emitindo nota fiscal específica ou discriminar o valor desses serviços na nota fiscal ou fatura.

- 13.2. A CONTRATANTE e a CONTRATADA deverão observar, quando da emissão do documento fiscal/fatura e do pagamento, o disposto no Decreto nº 18.272, de 09 de março de 2023, republicado em 17 de março de 2023, que "*Dispõe acerca da retenção do Imposto de Renda incidente na fonte sobre valores pagos pelo Município de Belo Horizonte, suas autarquias e fundações, a pessoas jurídicas contratadas para o fornecimento de bens ou prestação de serviços*", a Instrução Normativa RFB nº 1.234, de 11 de janeiro de 2012, e alterações, a Portaria SMFA Nº 011/2023, publicada no Diário Oficial do Município de Belo Horizonte no dia 06/04/2023 (disponível no endereço eletrônico: <https://dom-web.pbh.gov.br/visualizacao/ato/320434>, acesso em 07/08/2024), ou as normas que vierem a substituí-los, bem como toda a legislação aplicável.

**CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DOS CRITÉRIOS DE RECEBIMENTO, MEDIÇÃO, LIQUIDAÇÃO E PAGAMENTO**

- 14.1. Nos termos do item 8 “DOS CRITÉRIOS DE RECEBIMENTO, MEDIÇÃO, LIQUIDAÇÃO E PAGAMENTO” do Termo de Referência – Anexo I do Edital.

**CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DO REAJUSTE**

- 15.1. Nos termos do item 1.5. “DO REAJUSTE” do Termo de Referência – Anexo I do Edital.

**Prestação de serviços de manutenção e monitoramento da coleta, processamento e queima do biogás do aterro da Central de Tratamento de Resíduos Sólidos – CTRS – BR 040**

**CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – DAS OBRIGAÇÕES DAS PARTES**

- 16.1. Nos termos do item 9 “DAS OBRIGAÇÕES DAS PARTES” do Termo de Referência – Anexo I do Edital.

**CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – DOS CONSÓRCIOS**

- 17.1. A empresa líder é a responsável por representar o consórcio perante a CONTRATANTE durante a execução do contrato;
- 17.2. As empresas integrantes do consórcio respondem solidariamente pelos atos praticados na execução do contrato.
- 17.3. O prazo de duração do consórcio deve, no mínimo, coincidir com o prazo de conclusão do objeto.
- 17.4. A substituição de consorciado deverá ser expressamente autorizada pela CONTRATANTE e condicionada à comprovação de que a nova empresa do consórcio possui, no mínimo, os mesmos quantitativos para efeito de habilitação técnica e os mesmo valores para efeito de qualificação-econômico financeira apresentados pela empresa substituída para fins de habilitação do consórcio.

**CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA – DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS**

- 18.1. A CONTRATADA será responsabilizada administrativamente pelas seguintes infrações:
- 18.1.1 Dar causa à inexecução parcial do contrato;
- 18.1.2 Dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- 18.1.3 Dar causa à inexecução total do contrato;
- 18.1.4 Deixar de entregar a documentação exigida;
- 18.1.5 Ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado;
- 18.1.6 Apresentar declaração ou documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;
- 18.1.7 Praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- 18.1.8 Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- 18.1.9 Praticar ato lesivo previsto no art. 5º da lei n.º 12.846/2013.
- 18.2. Serão aplicadas à CONTRATADA que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:
- 18.2.1 **Advertência**, quando a CONTRATADA der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de sanção mais grave, nos



**Prestação de serviços de manutenção e monitoramento da coleta, processamento e queima do biogás do aterro da Central de Tratamento de Resíduos Sólidos – CTRS – BR 040**

moldes do § 2º do art. 156 da Lei Federal nº 14.133/2021 e do art. 5º do Decreto nº 18.096/2022;

**18.2.2 Multas**, observados os seguintes percentuais:

- a) Multa de 0,01% (um centésimo por cento) do valor atualizado do Contrato por dia de infração constatada, limitado a 30 (trinta) dias por período de descumprimento, no caso de inobservância dos cuidados necessários ao combate à proliferação do mosquito *Aedes aegypti*.
- b) Multa moratória de 0,5% (cinco décimos por cento) por dia de atraso na entrega de material ou execução de serviços, recaindo o cálculo sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 10% (dez por cento) do contrato, excluída, quando for o caso, a parcela correspondente aos impostos destacados no documento fiscal;
  - I. O atraso, para efeito de cálculo da multa moratória, será contado em dias corridos, a partir do primeiro dia útil subsequente ao do encerramento do prazo estabelecido para o cumprimento da obrigação.
  - II. As multas moratórias por atraso no cumprimento do Cronograma Físico Financeiro, após apuradas pelo Fiscal do Contrato, terão sua execução condicionada ao comprometimento do prazo de conclusão dos serviços contratados, de modo que a CONTRATADA terá a oportunidade de sanear o atraso verificado sem prejuízos ao correto andamento dos serviços, hipótese na qual deverá ser observado o procedimento previsto nos subitens a seguir:
    - O eventual descumprimento do cronograma será comunicado à CONTRATADA juntamente com o respectivo valor da multa, para que se apresente um planejamento contendo a forma e o prazo de solução do atraso;
    - A CONTRATANTE analisará a solução e prazo apresentados pela CONTRATADA, emitindo parecer favorável ou não. Se não concordar, deverá apresentar nova sugestão para aprovação da CONTRATADA;
    - Após o prazo fixado pela CONTRATADA para a solução do atraso, A CONTRATANTE irá apurar se o atraso se mantém, quando, então, a multa apurada anteriormente será aplicada considerando todo o atraso havido nos serviços;

**Prestação de serviços de manutenção e monitoramento da coleta, processamento e queima do biogás do aterro da Central de Tratamento de Resíduos Sólidos – CTRS – BR 040**

- Na hipótese de o atraso ter sido compensado, retomado o cronograma, a CONTRATADA não será penalizada.
- III. O atraso injustificado superior a 30 (trinta) dias corridos poderá ser considerado inexecução total do Contrato.
- c) Multa compensatória de 3% (três por cento) sobre o valor atualizado do contrato pelo descumprimento de preceito normativo ou obrigações assumidas, tais como:
  - I. Deixar de cumprir as exigências de reserva de cargos previstas em lei, bem como em outras normas específicas, para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social e para aprendiz;
  - II. Deixar de cumprir o modelo de gestão do contrato;
  - III. Deixar de complementar o valor e/ou prorrogar o prazo da garantia recolhida, se for o caso, após solicitação e no prazo assinalado pela CONTRATANTE;
  - IV. Não devolver os valores pagos indevidamente pela CONTRATANTE;
  - V. Deixar de manter todas as condições de habilitação, durante a execução do Contrato, nos termos do inciso XVI, do art. 92, da Lei Federal nº 14.133/2021;
  - VI. Deixar de regularizar, no prazo definido pela Administração, os documentos exigidos na legislação, para fins de liquidação e pagamento da despesa;
  - VII. Manter empregado sem qualificação para a execução do objeto do Contrato;
  - VIII. Utilizar as dependências da CONTRATANTE para fins diversos do objeto do Contrato;
  - IX. Tolerar, no cumprimento do Contrato, situação apta a gerar ou causar dano físico, lesão corporal ou consequências letais a qualquer pessoa;
  - X. deixar de fornecer Equipamento de Proteção Individual (EPI), quando exigido, aos seus empregados ou omitir-se em fiscalizar sua utilização, na hipótese de contratação de serviços de mão de obra, inclusive no que tange à entrega ou fornecimento de materiais;
  - XI. deixar de substituir empregado cujo comportamento for incompatível com o interesse público, em especial quando solicitado pela Administração;



**Prestação de serviços de manutenção e monitoramento da coleta, processamento e queima do biogás do aterro da Central de Tratamento de Resíduos Sólidos – CTRS – BR 040**

- XII. deixar de observar a legislação pertinente aplicável ao seu ramo de atividade;
  - XIII. deixar de apresentar, quando solicitado, documentação fiscal, trabalhista e/ou previdenciária regularizada;
  - XIV. deixar de implantar as medidas de proteção coletivas adequadas e dentro dos padrões impostos pelas Normas Regulamentadoras definidas pela Portaria nº 3.214/1978 do Ministério do Trabalho;
  - XV. não manter atualizado o e-mail para contato, sobretudo do Coordenador ou prepostos, nem informar à gestão e à Fiscalização do Contrato, no prazo de dois dias, a alteração de endereços, sobretudo quando este ato frustrar a regular notificação de instauração de processo sancionador;
  - XVI. subcontratar o objeto ou a execução de serviços;
  - XVII. não atender, no prazo estipulado, às determinações técnicas e diretrizes formuladas pela Fiscalização do Contrato, sem justificativa, comprometendo o andamento e a qualidade dos serviços;
  - XVIII. Deixar de apresentar, no prazo de 30 (trinta) dias corridos do início da execução do contrato, o Plano de Manutenção Preventiva dos equipamentos, contendo a descrição das atividades a serem executadas.
- d) Multa compensatória de 5% (cinco por cento) sobre o valor da parcela inadimplida pela entrega do objeto contratual em desacordo com as especificações, condições e qualidade contratadas ou com irregularidades ou defeitos ocultos que o tornem impróprio para o fim a que se destina;
  - e) Multa compensatória de 10% (dez por cento) sobre o valor total atualizado do Contrato quando a CONTRATADA der causa a rescisão contratual ou em caso de inexecução total do Contrato.

**18.2.3 Impedimento de licitar e contratar no âmbito da administração direta e indireta do Município de Belo Horizonte**, pelo prazo máximo de 03 (três) anos, nos moldes do art. 156, §4º da Lei n.º 14.133/2021 e do art. 17 do Decreto nº 18.096/2022, quando praticadas as infrações administrativas previstas nos **subitens 18.1.2 a 18.1.5** deste instrumento e quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

- a) A aplicação de 03 (três) sanções de advertência pelo mesmo motivo, em um mesmo contrato, possibilita a aplicação da sanção de impedimento de licitar e contratar.

**Prestação de serviços de manutenção e monitoramento da coleta, processamento e queima do biogás do aterro da Central de Tratamento de Resíduos Sólidos – CTRS – BR 040**

**18.2.4 Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar** quando praticadas infrações administrativas previstas nos **subitens 18.1.6 a 18.1.9** deste instrumento, bem como pelas infrações administrativas previstas nos **subitens 18.1.2 a 18.1.5** deste instrumento, que justifiquem a imposição de sanção mais grave que a sanção de impedimento de licitar e contratar, e impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da administração direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de 03 (três) anos e máximo de 06 (seis) anos, nos moldes do art. 156, § 5º da Lei Federal e do art. 20 do Decreto nº 18.096/2022.

- a) No caso da prática de atos lesivos previstos no art. 5º da Lei Federal nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, a que se refere o subitem 13.1.9 deste instrumento, todas as infrações administrativas conexas serão apuradas e julgadas conjuntamente, nos termos da referida lei e do Decreto nº 16.954, de 2 de agosto de 2018.

- 18.3.** A aplicação de multa de mora não impedirá que a administração a converta em compensatória e promova a extinção unilateral do contrato com a aplicação cumulada de outras sanções previstas neste instrumento.
- 18.4.** As sanções previstas neste instrumento serão fixadas considerando a natureza e a gravidade da infração cometida, as peculiaridades do caso concreto, as circunstâncias atenuantes ou agravantes, os danos e a implantação ou aperfeiçoamento de programa de integridade, consoante art. 51 do Decreto nº 18.096/2022.
- 18.5.** Na hipótese de aplicação da multa compensatória no patamar de 30% (trinta por cento), não poderá haver aumento de pena em razão do disposto no art. 51 do Decreto nº 18.096/2022.
- 18.6.** À luz do caso concreto, a autoridade competente poderá aplicar penalidade menos gravosa do que aquela inicialmente notificada, desde que em conformidade com a lei e compatível com o resultado da apuração respectiva.
- 18.7.** Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor de pagamento eventualmente devido pela CONTRATANTE à CONTRATADA, além da perda desse valor, a diferença poderá ser paga diretamente à administração, descontada da garantia prestada ou cobrada judicialmente.
- 18.8.** A multa inadimplida poderá, ser descontada de pagamento eventualmente devido pela CONTRATANTE decorrente de outros contratos firmados com a CONTRATANTE.
- 18.9.** A aplicação das sanções previstas, não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado à CONTRATANTE.
- 18.10.** O atraso, para efeito de cálculo da multa, será contado em dias corridos, a partir do primeiro dia útil subsequente ao do encerramento do prazo estabelecido para o cumprimento da obrigação.
- 18.11.** O atraso injustificado superior a 30 (trinta) dias corridos será considerado como inexecução total do Contrato, devendo os instrumentos respectivos ser rescindidos, salvo razões de interesse público devidamente explicitadas no ato da autoridade

**Prestação de serviços de manutenção e monitoramento da coleta, processamento e queima do biogás do aterro da Central de Tratamento de Resíduos Sólidos – CTRS – BR 040**

competente pela contratação.

- 18.12.** A sanção de multa poderá ser aplicada cumulativamente com outras sanções administrativas, sendo concedidos os prazos para defesa e recurso aplicáveis à pena mais gravosa.
- 18.13.** A personalidade jurídica da CONTRATADA poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste instrumento ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito.
- 18.14.** A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa. A CONTRATADA poderá empregar todos os meios legais, bem como os moralmente legítimos, para provar a verdade dos fatos em que se funda sua alegação, pedido ou defesa e que possam influir eficazmente na convicção da autoridade competente para decidir.
- 18.15.** As sanções serão processadas de acordo com o disposto no Decreto n.º 18.096/2022.

**CLÁUSULA DÉCIMA NONA – DA FRAUDE E CORRUPÇÃO**

- 19.1.** Nos procedimentos licitatórios e nas contratações realizados pelo Município de Belo Horizonte serão observadas as determinações que se seguem.
- 19.2.** A CONTRATANTE exige que as CONTRATADAS, observem o mais alto padrão de ética durante a licitação e execução dos contratos. Em consequência desta política, define, com os propósitos dessa disposição, os seguintes termos:
- 19.2.1** “Prática corrupta” significa a oferta, a doação, o recebimento ou a solicitação de qualquer coisa de valor para influenciar a ação de um funcionário público no processo de licitação ou execução do Contrato;
- 19.2.2** “Prática fraudulenta” significa a deturpação dos fatos a fim de influenciar um processo de licitação ou a execução de um contrato em detrimento da CONTRATANTE;
- 19.2.3** “Prática conspiratória” significa um esquema ou arranjo entre os concorrentes (antes ou após a apresentação da proposta) com ou sem conhecimento da CONTRATANTE, destinado a estabelecer os preços das propostas a níveis artificiais não competitivos e privar a CONTRATANTE dos benefícios da competição livre e aberta;
- 19.2.4** “Prática coercitiva” significa prejudicar ou ameaçar prejudicar, diretamente ou indiretamente, pessoas ou suas propriedades a fim de influenciar a participação delas no processo de licitação ou afetar a execução de um contrato;
- 19.2.5** “Prática obstrutiva” significa destruir, falsificar, alterar ou esconder intencionalmente provas materiais para investigação ou oferecer informações falsas aos investigadores com o objetivo de impedir uma investigação da

**Prestação de serviços de manutenção e monitoramento da coleta, processamento e queima do biogás do aterro da Central de Tratamento de Resíduos Sólidos – CTRS – BR 040**

CONTRATANTE ou outro Órgão de Controle sobre alegações de corrupção, fraude, coerção ou conspiração; significa ainda ameaçar, assediar ou intimidar qualquer parte envolvida com vistas a impedir a liberação de informações ou conhecimentos que sejam relevantes para a investigação ou agir intencionalmente com o objetivo de impedir o exercício do direito da CONTRATANTE ou outro Órgão de Controle de investigar e auditar.

- 19.3.** A CONTRATANTE rejeitará a proposta e aplicará as sanções previstas na legislação vigente se julgar que o Licitante, diretamente ou por um agente, envolveu-se em práticas corruptas, fraudulentas, conspiratórias, coercitivas ou obstrutivas durante o procedimento licitatório.
- 19.4.** A ocorrência de qualquer das hipóteses acima elencadas, assim como as previstas no Anexo I da Portaria SDE nº 51, de 03 de julho de 2009, será denunciada à Secretaria de Direito Econômico do Ministério da Justiça para adoção das medidas cabíveis.

**CLÁUSULA VIGÉSIMA - DA POLÍTICA E AVALIAÇÃO DE INTEGRIDADE**

- 20.1.** A CONTRATADA deverá se submeter a avaliação de integridade para fins de assinatura do Contrato ou antes da celebração de aditamentos contratuais nos termos previstos na Lei Municipal n.º 11.557/2023 e Decreto Municipal n.º 18.609/2024.
- 20.2.** Objetivando afirmar a aderência da CONTRATADA aos padrões éticos e de integridade, exigidos pela Prefeitura Municipal de Belo Horizonte:
- 20.2.1** A CONTRATADA se compromete a conhecer e observar as diretrizes da política de integridade adotada pela administração municipal, nos termos do Decreto nº 18.337/2023.
- 20.2.2** A CONTRATADA se compromete a se orientar pelos princípios do Código de Ética do Agente Público Municipal e da Alta Administração, insertos no Decreto nº 14.635/2011; atentando-se para a aplicação das sanções previstas na Lei nº 12.846/2013.
- 20.2.3** A CONTRATADA fica ciente de que é vedada a contratação de pessoa física ou jurídica, se aquela ou os dirigentes e empregados desta mantiverem vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade CONTRATANTE ou com agente público que desempenhe função na contratação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou se deles forem cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral, ou por afinidade, até o terceiro grau.
- 20.2.4** A CONTRATADA deverá assegurar que seus colaboradores, empregados, subcontratados e agentes estejam cientes e cumpram as referidas diretrizes durante a execução do contrato.
- 20.2.5** O descumprimento de quaisquer das diretrizes mencionadas poderá acarretar a aplicação de penalidades contratuais, sem prejuízo das demais sanções cabíveis.

**Prestação de serviços de manutenção e monitoramento da coleta, processamento e queima do biogás do aterro da Central de Tratamento de Resíduos Sólidos – CTRS – BR 040**

**20.2.6** A CONTRATADA fica ciente de que deverá se submeter, nos termos da Lei nº 11.557/2023, à avaliação de integridade nas seguintes situações:

**20.2.6.1.** Na celebração de aditivo contratual, considerando a validade prevista no § 2º do art. 2º da Lei nº 11.557/2023;

**20.2.6.2.** A qualquer tempo durante a vigência da relação contratual, a critério da administração municipal, em especial no caso de denúncia ou quando constatada alteração relevante das informações prestadas ou declaradas pela empresa.

**20.2.6.3.** A avaliação de integridade será realizada mediante preenchimento do formulário de Due Diligence pela CONTRATADA e emissão do RAI - Relatório de Avaliação de Integridade pelo órgão ou entidade responsável pela contratação e observará informações relativas ao perfil da empresa, de sócios e de administradores, relacionamento com agentes públicos e terceiros, reputação e histórico de envolvimento em casos de desvios éticos, fraude e corrupção, assim como a adoção pela empresa de práticas de prevenção e combate à fraude e à corrupção, como programa de integridade, código de ética e outras, de modo a determinar o Grau de Risco à Integridade - GRI - da CONTRATADA.

**20.2.6.4.** A CONTRATADA deverá possuir conta google para a viabilização do preenchimento do Formulário de Due Diligence.

**20.2.6.5.** Nos procedimentos de avaliação de integridade será observado o disposto na Lei Federal nº 13.709, de 14 de agosto de 2018 (Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais).

**20.3.** A avaliação de integridade terá validade de 24 (vinte e quatro) meses contados da data de liberação do Relatório de Avaliação de Integridade - RAI, salvo nas situações de GRI alto, quando a validade será de 12 (doze) meses.

**20.4.** Em caso de consórcio, todas as empresas consorciadas devem preencher o formulário individualmente com seus respectivos CNPJs. Não é necessário o preenchimento com o CNPJ do consórcio.

**CLÁUSULA VIGÉSIMA PRIMEIRA – DA PROTEÇÃO E TRANSMISSÃO DE INFORMAÇÃO, DADOS PESSOAIS E/OU BASE DE DADOS**

**21.1.** A CONTRATADA obriga-se ao dever de proteção, confidencialidade e sigilo de toda informação, dados pessoais e/ou base de dados a que tenha acesso, inclusive em razão de licenciamento ou da operação dos programas/sistemas, nos termos da Lei Federal nº 13.709/209/2018, suas alterações e regulamentações posteriores, durante o cumprimento do objeto descrito no presente instrumento contratual.

**21.2.** A CONTRATADA obriga-se a implementar medidas técnicas e administrativas suficientes visando a segurança, a proteção, a confidencialidade e o sigilo de toda informação, dados pessoais e/ou base de dados a que tenha acesso a fim de evitar acessos não autorizados, acidentes, vazamentos acidentais ou ilícitos que causem

**Prestação de serviços de manutenção e monitoramento da coleta, processamento e queima do biogás do aterro da Central de Tratamento de Resíduos Sólidos – CTRS – BR 040**

destruição, perda, alteração, comunicação ou qualquer outra forma de tratamento não previstos.

- 21.3.** A CONTRATADA deve assegurar-se de que todos os seus colaboradores, consultores e/ou prestadores de serviços que, no exercício das suas atividades, tenham acesso e/ou conhecimento da informação e/ou dos dados pessoais, respeitem o dever de proteção, confidencialidade e sigilo.
- 21.4.** A CONTRATADA não poderá utilizar-se de informação, dados pessoais e/ou base de dados a que tenha acesso, para fins distintos ao cumprimento do objeto deste instrumento contratual.
- 21.5.** A CONTRATADA não poderá disponibilizar e/ou transmitir a terceiros, sem prévia autorização escrita, informação, dados pessoais e/ou base de dados a que tenha acesso em razão do cumprimento do objeto deste instrumento contratual.
- 21.5.1** A CONTRATADA obriga-se a fornecer informação, dados pessoais e/ou base de dados estritamente necessários caso quando da transmissão autorizada a terceiros durante o cumprimento do objeto descrito neste instrumento contratual.
- 21.6.** A CONTRATADA fica obrigado a devolver todos os documentos, registros e cópias que contenham informação, dados pessoais e/ou base de dados a que tenha tido acesso durante a execução do cumprimento do objeto deste instrumento contratual no prazo de 30 (trinta) dias, contados da data da ocorrência de qualquer uma das hipóteses de extinção do contrato, restando autorizada a conservação apenas nas hipóteses legalmente previstas.
- 21.6.1** À CONTRATADA não será permitido deter cópias ou backups, informação, dados pessoais e/ou base de dados a que tenha tido acesso durante a execução do cumprimento do objeto deste instrumento contratual.
- 21.6.1.1.** A CONTRATADA deverá eliminar os dados pessoais a que tiver conhecimento ou posse em razão do cumprimento do objeto deste instrumento contratual tão logo não haja necessidade de realizar seu tratamento.
- 21.7.** A CONTRATADA deverá notificar, imediatamente, a CONTRATANTE no caso de vazamento, perda parcial ou total de informação, dados pessoais e/ou base de dados.
- 21.7.1** A notificação não eximirá a CONTRATADA das obrigações e/ou sanções que possam incidir em razão da perda de informação, dados pessoais e/ou base de dados.
- 21.7.2** A CONTRATADA que descumprir nos termos da Lei Federal nº 13.709/2018 suas alterações e regulamentações posteriores, durante ou após a execução do objeto descrito no presente instrumento contratual fica obrigado a assumir total responsabilidade e ao ressarcimento por todo e qualquer dano e/ou prejuízo sofrido, incluindo sanções aplicadas pela autoridade competente.
- 21.8.** A CONTRATADA fica obrigada a manter preposto para comunicação com a CONTRATANTE para os assuntos pertinentes à Lei Federal nº 13.709/2018 suas



**Prestação de serviços de manutenção e monitoramento da coleta, processamento e queima do biogás do aterro da Central de Tratamento de Resíduos Sólidos – CTRS – BR 040**

alterações e regulamentações posteriores.

- 21.9.** O dever de sigilo e confidencialidade, e as demais obrigações descritas na presente cláusula, permanecerão em vigor após a extinção das relações entre a CONTRATADA e a CONTRATANTE, bem como, entre a CONTRATADA e os seus colaboradores, subcontratados, consultores e/ou prestadores de serviços sob pena das sanções previstas na Lei Federal nº 13.709/2018, suas alterações e regulamentações posteriores, salvo decisão judicial contrária.
- 21.10.** O não cumprimento de quaisquer das obrigações descritas nesta cláusula sujeitará a CONTRATADA a processo administrativo para apuração de responsabilidade e, consequente, sanção, sem prejuízo de outras cominações cíveis e penais. O contrato oferece maior detalhamento sobre proteção e transmissão de informação, dados pessoais e/ou base de dados.

**CLÁUSULA VIGÉSIMA SEGUNDA – DA EXTINÇÃO DO CONTRATO**

- 22.1.** Constituirão motivos para extinção do contrato, a qual deverá ser formalmente motivada nos autos do processo, assegurados o contraditório e a ampla defesa, as seguintes situações:
- 22.1.1** Não cumprimento ou cumprimento irregular de normas editalícias ou de cláusulas contratuais, de especificações, de projetos ou de prazos;
- 22.1.2** Desatendimento das determinações regulares emitidas pela fiscalização ou por autoridade superior;
- 22.1.3** Alteração social ou modificação da finalidade ou da estrutura da empresa que restrinja sua capacidade de concluir o contrato;
- 22.1.4** Decretação de falência ou de insolvência civil, dissolução da sociedade ou falecimento da CONTRATADA;
- 22.1.5** Caso fortuito ou força maior, regularmente comprovados, impeditivos da execução do contrato;
- 22.1.6** Razões de interesse público, justificadas pela autoridade máxima da CONTRATANTE;
- 22.1.7** Não cumprimento das obrigações relativas à reserva de cargos prevista em lei, bem como em outras normas específicas, para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz.
- 22.2.** A CONTRATADA terá direito à extinção do contrato nas seguintes hipóteses:
- 22.2.1** Supressão, por parte da Administração, de obras, serviços ou compras que acarrete modificação do valor inicial do contrato além do limite permitido no art. 125 da Lei Federal nº 14.133/2021;
- 22.2.2** Suspensão de execução do contrato, por ordem escrita da Administração, por prazo superior a 3 (três) meses;
- 22.2.3** Repetidas suspensões que totalizem 90 (noventa) dias úteis, independentemente do pagamento obrigatório de indenização pelas sucessivas

**Prestação de serviços de manutenção e monitoramento da coleta, processamento e queima do biogás do aterro da Central de Tratamento de Resíduos Sólidos – CTRS – BR 040**

e contratualmente imprevistas desmobilizações e mobilizações e outras previstas;

**22.2.4** Atraso superior a 2 (dois) meses, contado da emissão da nota fiscal, dos pagamentos ou de parcelas de pagamentos devidos pela Administração por despesas de obras, serviços ou fornecimentos;

**22.3.** As hipóteses de extinção a que se referem os subitens 22.2.2 ao 22.2.4 deste instrumento observarão as seguintes disposições:

**22.3.1** Não serão admitidas em caso de calamidade pública, de grave perturbação da ordem interna ou de guerra, bem como quando decorrerem de ato ou fato que o CONTRATADO tenha praticado, do qual tenha participado ou para o qual tenha contribuído;

**22.3.2** Assegurarão à CONTRATADA o direito de optar pela suspensão do cumprimento das obrigações assumidas até a normalização da situação, admitido o restabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro do contrato, na forma da alínea “d” do inciso II do caput do art. 124 da Lei Federal nº 14.133/2021.

**22.4.** Os emitentes das garantias previstas no art. 96 da Lei Federal nº 14.133/2021 deverão ser notificados pela CONTRATANTE quanto ao início de processo administrativo para apuração de descumprimento de cláusulas contratuais.

**22.5.** A extinção do contrato poderá ser:

**22.5.1** Determinada por ato unilateral e escrito da Administração, exceto no caso de descumprimento decorrente de sua própria conduta;

**22.5.2** Consensual, por acordo entre as partes, por conciliação, por mediação ou por comitê de resolução de disputas, desde que haja interesse da Administração;

**22.5.3** Determinada por decisão arbitral, em decorrência de cláusula compromissória ou compromisso arbitral, ou por decisão judicial.

**22.6.** A extinção determinada por ato unilateral da Administração e a extinção consensual deverão ser precedidas de autorização escrita e fundamentada da autoridade competente e reduzidas a termo no respectivo processo.

**22.7.** Quando a extinção decorrer de culpa exclusiva da Administração, a CONTRATADA será ressarcido pelos prejuízos regularmente comprovados que houver sofrido e terá direito a:

**22.7.1** Devolução da garantia;

**22.7.2** Pagamentos devidos pela execução do contrato até a data de extinção;

**22.7.3** Pagamento do custo da desmobilização.

**22.8.** A extinção determinada por ato unilateral da Administração poderá acarretar, sem prejuízo das sanções previstas nesta Lei, as seguintes consequências:

**22.8.1** Assunção imediata do objeto do contrato, no estado e local em que se encontrar, por ato próprio da Administração;

**Prestação de serviços de manutenção e monitoramento da coleta, processamento e queima do biogás do aterro da Central de Tratamento de Resíduos Sólidos – CTRS – BR 040**

- 22.8.2** Ocupação e utilização do local, das instalações, dos equipamentos, do material e do pessoal empregados na execução do contrato e necessários à sua continuidade;
- 22.8.3** Execução da garantia contratual para:
- 22.8.3.1.** Ressarcimento da Administração Pública por prejuízos decorrentes da não execução;
  - 22.8.3.2.** Pagamento de verbas trabalhistas, fundiárias e previdenciárias, quando cabível;
  - 22.8.3.3.** Pagamento das multas devidas à Administração Pública;
  - 22.8.3.4.** Exigência da assunção da execução e da conclusão do objeto do contrato pela seguradora, quando cabível;
  - 22.8.3.5.** Retenção dos créditos decorrentes do contrato até o limite dos prejuízos causados à Administração Pública e das multas aplicadas.
- 22.9.** A extinção do contrato não configura óbice para o reconhecimento do desequilíbrio econômico-financeiro, hipótese em que será concedida indenização por meio de termo indenizatório.
- 22.10.** O Contrato poderá ser extinto caso se constate que a CONTRATADA mantém vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade CONTRATANTE ou com agente público que tenha desempenhado função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau (art. 14, inc. IV, da Lei n.º 14.133/2021).

**CLÁUSULA VIGÉSIMA TERCEIRA – DOS CASOS OMISSOS**

- 23.1.** Os casos omissos serão decididos pela CONTRATANTE, segundo as disposições contidas na Lei Federal nº 14.133/2021 e demais normas federais aplicáveis, decretos números 18.096/2022, 17.813/2022 e 18.324/2023, e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei Federal nº 8.078/1990 – Código de Defesa do Consumidor – e normas e princípios dos contratos.

**CLÁUSULA VIGÉSIMA QUARTA – DAS ALTERAÇÕES DO CONTRATO**

- 24.1.** O Contrato não poderá ser alterado, quantitativa ou qualitativamente, conforme Decreto n.º 13.757/2009, sob pena de incorrer em ilegalidade, exceto nas condições previstas no §3º do art. 1º, quando serão obedecidos os limites legais previstos no art. 125 da Lei n.º 14.133/2021 e observados, para a formalização do aditamento, os procedimentos para formação dos preços para celebração de aditivos estabelecidos no Decreto Municipal n.º 18.303/23.
- 24.2.** O Contrato poderá ser alterado excepcionalmente, com as devidas justificativas, nos seguintes casos:
- 24.2.1** Unilateralmente pela Administração:

**Prestação de serviços de manutenção e monitoramento da coleta, processamento e queima do biogás do aterro da Central de Tratamento de Resíduos Sólidos – CTRS – BR 040**

- 24.1.1.1.** quando houver modificação do projeto ou das especificações, para melhor adequação técnica a seus objetivos;
- 24.1.1.2.** quando for necessária a modificação do valor contratual em decorrência de acréscimo ou diminuição quantitativa de seu objeto, nos limites permitidos pela Lei Federal n.º 14.133/2021;
- 24.1.2.** Por acordo entre as partes:
- 24.1.2.1.** quando conveniente a substituição da garantia de execução;
- 24.1.2.2.** quando necessária a modificação do regime de execução da obra ou do serviço, bem como do modo de fornecimento, em face de verificação técnica da inaplicabilidade dos termos contratuais originários;
- 24.1.2.3.** quando necessária a modificação da forma de pagamento por imposição de circunstâncias supervenientes, mantido o valor inicial atualizado e vedada a antecipação do pagamento em relação ao cronograma financeiro fixado sem a correspondente contraprestação de fornecimento de bens ou execução de obra ou serviço;
- 24.1.2.4.** para restabelecer o equilíbrio econômico-financeiro inicial do Contrato em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução do contrato tal como pactuado, respeitada, em qualquer caso, a repartição objetiva de risco estabelecida no contrato.
- 24.1.3.** Nas alterações unilaterais a que se refere o **item 26.2.1** a CONTRATADA será obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, acréscimos ou supressões de até 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do Contrato.
- 24.2.** As supressões resultantes de acordo celebrado entre as partes contratantes poderão exceder o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.
- 24.3.** Se o contrato não contemplar preços unitários para serviços cujo aditamento se fizer necessário, esses serão fixados por meio da aplicação da relação geral entre os valores da proposta e o do orçamento-base da Administração sobre os preços referenciais ou de mercado vigentes na data do aditamento, respeitados os limites estabelecidos no art. 125 da Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021.
- 24.4.** A diferença percentual entre o valor global do contrato e o preço global de referência não poderá ser reduzida em favor da CONTRATADA em decorrência de aditamentos que modifiquem a planilha orçamentária.
- 24.4.1.** Em caso de adoção dos regimes de empreitada por preço unitário e tarefa, a diferença poderá ser reduzida para a preservação do equilíbrio econômico-financeiro do contrato em casos excepcionais e justificados, desde que os custos unitários dos aditivos contratuais não excedam os custos unitários do

**Prestação de serviços de manutenção e monitoramento da coleta, processamento e queima do biogás do aterro da Central de Tratamento de Resíduos Sólidos – CTRS – BR 040**

sistema de referência utilizado na formação dos preços para celebração do aditivo.

- 24.5.** Caso haja alteração unilateral do contrato que aumente ou diminua os encargos da CONTRATADA, a Administração irá restabelecer, no mesmo termo aditivo, o equilíbrio econômico-financeiro inicial.
- 24.6.** Os preços contratados serão alterados, para mais ou para menos, conforme o caso, se houver, após a data da apresentação da proposta, criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais ou a superveniência de disposições legais, com comprovada repercussão sobre os preços contratados.
- 24.7.** Registros que não caracterizam alteração do Contrato podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do art. 136 da Lei n.º 14.133/2021.

**CLÁUSULA VIGÉSIMA QUINTA – DA FISCALIZAÇÃO DOS SERVIÇOS**

- 25.1.** Em conformidade com o Decreto nº 18.324, de 18 de maio de 2023, a presente contratação será acompanhada e fiscalizada pela Diretoria Operacional, por meio do Departamento de Destinação Final de Resíduos – DDFR-SLU
- 25.1.1.** A gestão do contrato correrá pela Diretoria Operacional da Superintendência de Limpeza Urbana.
- 25.1.2.** A fiscalização do Contrato será feita por servidor responsável, cuja indicação será feita através de Portaria do Superintendente da SLU.
- 25.1.3.** A execução dos serviços será acompanhada e fiscalizada pelo Departamento de Destinação final de Resíduos – DDFR-SLU ou por servidor responsável designado pelo mesmo, com poderes para verificar se as especificações estão sendo cumpridas, analisar e decidir sobre proposições da CONTRATADA que visem melhorar a execução dos serviços, fazer qualquer advertência quanto a qualquer falha da CONTRATADA, recomendar aplicação de multas ou outras penalidades previstas no Contrato.
- 25.2.** A CONTRATANTE, que terá plenos poderes para verificar e fazer cumprir a perfeita execução do objeto contratado, de acordo com as exigências contratuais, especificações, normas técnicas, instruções técnicas, padrões de qualidade e legislação vigente, desde o início dos serviços, até o final da vigência contratual.
- 25.3.** A fiscalização da CONTRATANTE não eximirá a CONTRATADA da responsabilidade pela prestação dos serviços avençados.
- 25.4.** O gestor e o fiscal do Contrato poderão indicar empregados da SLU para supervisionar os serviços a serem executados pela CONTRATADA.
- 25.5.** A fiscalização da execução dos serviços pelas Unidades da SLU não exclui ou reduz a responsabilidade da CONTRATADA por danos causados direta ou indiretamente à CONTRATANTE durante a execução dos serviços contratados, a qual se reserva o direito de, sem que de qualquer forma restrinja a plenitude desta responsabilidade, exercer a mais ampla e completa fiscalização sobre os serviços diretamente ou por

**Prestação de serviços de manutenção e monitoramento da coleta, processamento e queima do biogás do aterro da Central de Tratamento de Resíduos Sólidos – CTRS – BR 040**

prepostos designados, da seguinte forma:

- 25.5.1.** Ter livre acesso aos locais de trabalho da mão-de-obra da CONTRATADA.
- 25.5.2.** Não permitir que a mão-de-obra execute tarefas em desacordo com as preestabelecidas.
- 25.5.3.** Ordenar a imediata retirada do local, bem como a substituição de empregado da CONTRATADA que estiver sem uniforme ou distintivo, que embarçar ou dificultar as ações fiscalizadoras ou cuja permanência na área, a seu exclusivo critério, seja julgada inconveniente.
- 25.5.4.** Examinar as carteiras profissionais dos empregados colocados a seu serviço, para comprovar o registro de função profissional.
- 25.5.5.** Solicitar a CONTRATADA a substituição de qualquer equipamento cujo uso considere prejudicial à boa conservação de seus pertences, equipamentos ou instalações, ou ainda, que não atendam às necessidades.
- 25.5.6.** Proceder à cuidadosa vistoria para verificar a perfeita execução dos serviços.
- 25.5.7.** Fiscalizar o cumprimento das obrigações e encargos sociais e trabalhistas, compatível com o efetivo contratado.
- 25.6.** A CONTRATADA deverá atender prontamente a quaisquer exigências da fiscalização inerentes ao objeto do Contrato, sem que disso decorra qualquer ônus para a CONTRATANTE, não aplicando a atividade da fiscalização em qualquer exclusão ou redução da responsabilidade da CONTRATADA, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, e, na ocorrência desta, não implica corresponsabilidade da CONTRATANTE ou de seus prepostos.
- 25.7.** No exercício da fiscalização, a CONTRATANTE terá acesso às instalações físicas utilizadas para cumprimento do objeto contratado e aos dados relativos à administração, contabilidade, recursos técnicos, econômicos e financeiros da CONTRATADA e relativos à execução do objeto contratual, com a exceção única daqueles de natureza sigilosa reconhecidos na Lei.

**CLÁUSULA VIGÉSIMA SEXTA – DA FISCALIZAÇÃO E RECEBIMENTO DA DOCUMENTAÇÃO FISCAL, TRABALHISTA E PREVIDENCIÁRIA**

- 26.1.** Para fins de acompanhamento do adimplemento de suas obrigações fiscais, trabalhistas e previdenciárias, a CONTRATADA deverá entregar a Superintendência de Limpeza Urbana, a documentação a seguir relacionada.
  - 26.1.1.** Mensalmente até o 12º (decimo segundo) dia de cada mês:
    - 26.1.1.1.** extratos de Informações Previdenciárias e de depósitos do Fundo de Garantia e Tempo de Serviço – FGTS de seus empregados, bem como quaisquer outros documentos que possam comprovar a regularidade previdenciária e fiscal da CONTRATADA;
    - 26.1.1.2.** cópia da folha de pagamento analítica do mês anterior da prestação dos serviços e cópia do(s) contracheque(s) assinado(s) pelo(s)



**Prestação de serviços de manutenção e monitoramento da coleta, processamento e queima do biogás do aterro da Central de Tratamento de Resíduos Sólidos – CTRS – BR 040**

empregado(s) de ou dos respectivos comprovantes de depósitos bancários;

**26.1.1.3.** os comprovantes de entrega de benefícios suplementares (vale transporte, auxílio alimentação, etc.), a que estiver obrigada por força de lei ou de convenção ou acordo coletivo de trabalho, relativos a qualquer mês da prestação dos serviços e de qualquer empregado;

**26.1.1.4.** comprovantes de realização de eventuais cursos de treinamento e reciclagem previstos em lei;

**26.1.1.5.** cópia digital (em formato digital pdf) das Comunicação de Acidente de Trabalho – CAT devidamente registradas no INSS;

**26.1.1.6.** outros documentos que comprovem a regularidade fiscal, trabalhista e previdenciária da CONTRATADA;

**26.1.1.7.** declaração das atividades desenvolvidas pela equipe prevista na administração local, bem como dos demais itens que a compõe, com os respectivos registros fotográficos, a qual será utilizada para fins de medição.

**26.1.2.** até 10 (dez) dias após o último mês de prestação dos serviços (extinção ou rescisão do contrato) ou após a demissão de empregado, apresentar a documentação adicional abaixo relacionada, acompanhada de cópias autenticadas em cartório ou de cópias simples acompanhadas de originais:

**26.1.2.1.** Termos de rescisão dos contratos de trabalho dos empregados prestadores de serviço, devidamente homologados, quando exigível pelo sindicato da categoria.

**26.1.2.2.** Guias de recolhimento da contribuição previdenciária e do FGTS, referentes às rescisões contratuais.

**26.1.2.3.** Extratos dos depósitos efetuados nas contas vinculadas individuais do FGTS de cada empregado demitido.

**26.2.** Recebida a documentação tratada no item anterior, a fiscalização da SLU deverá apor a data de entrega e assiná-la.

**26.3.** Verificadas inconsistências ou dúvidas na documentação entregue, a CONTRATADA terá o prazo máximo de 07 (sete) dias corridos, contado a partir do recebimento de diligência da FISCALIZAÇÃO, para prestar os esclarecimentos cabíveis, formal e documentalmente.

**26.4.** O descumprimento reiterado das disposições acima e a manutenção da CONTRATADA em situação irregular perante as obrigações fiscais, trabalhistas e previdenciárias poderão implicar em rescisão contratual, sem prejuízo da aplicação das penalidades e demais cominações legais.

**26.5.** A documentação referente a cópias da folha de pagamentos analítica, assim como os documentos comprobatórios da entrega de benefícios suplementares poderá ser apresentada em meio digital (CD-ROM ou outra mídia que venha a substituí-lo).

**Prestação de serviços de manutenção e monitoramento da coleta, processamento e queima do biogás do aterro da Central de Tratamento de Resíduos Sólidos – CTRS – BR 040**

**CLÁUSULA VIGÉSIMA SÉTIMA – DA DOCUMENTAÇÃO EXIGÍVEL APÓS A CONTRATAÇÃO**

**27.1. A CONTRATADA deverá apresentar à Fiscalização da SLU, no prazo máximo de 02 (dois) dias úteis contados da “Ordem de Serviço Inicial”, sob pena de rescisão contratual:**

**27.1.1.** Anotação de Responsabilidade Técnica- ART de Execução;

a) A CONTRATADA deverá observar o prazo do § 1º do art. 27 da Resolução nº 1.137/2023 do CONFEA ou Norma vigente, para o registro da Anotação de Responsabilidade Técnica - ART dos serviços, do art. 2º da Resolução nº 91/2014 do CAU/BR ou Norma vigente, para Registro de Responsabilidade Técnica – RRT de serviços técnicos no âmbito da Arquitetura e Urbanismo.

**27.2. A CONTRATADA deverá apresentar à Fiscalização da SLU, no prazo máximo de 20 (vinte) dias contados da “Ordem de Serviço Inicial”, sob pena de rescisão contratual:**

**27.2.1.** Cópias autenticadas em cartório ou cópias simples acompanhadas dos originais das CTPS dos empregados admitidos para a execução dos serviços, devidamente assinadas, e dos exames médicos admissionais dos empregados da CONTRATADA;

**27.2.2.** Cópia do acordo, convenção ou dissídio coletivo de trabalho da categoria profissional;

**27.2.3.** Cópias dos documentos comprobatórios da composição da administração local.

**27.3. A CONTRATADA deverá também apresentar à Gerência de Medicina e Segurança do Trabalho da SLU, no prazo máximo de 20 (vinte) dias contados da “Ordem de Serviço Inicial”, a seguinte documentação:**

**27.3.1.** Ficha Técnica de Distribuição de Equipamento de Proteção Individual, devidamente preenchida, de todos os empregados;

**27.3.2.** Registro da Equipe dos Serviços Especializados em Segurança e Medicina do Trabalho – SESMT;

**27.3.3.** Documentação do Plano de Segurança do Trabalho.

**27.4. A CONTRATADA deverá também apresentar à Gerência de Medicina e Segurança do Trabalho da SLU, no prazo máximo de 60 (sessenta) dias contados da “Ordem de Serviço Inicial”:**

**27.4.1.** Cópia assinada e vigente do Programa de Gerenciamento de Riscos (PGR) e do plano de ações;

**27.4.2.** Cópia assinada e vigente do Programa de Controle Médico e Saúde Ocupacional (PCMSO) com os Atestados de Saúde Ocupacional (ASO) dos empregados.

**Prestação de serviços de manutenção e monitoramento da coleta, processamento e queima do biogás do aterro da Central de Tratamento de Resíduos Sólidos – CTRS – BR 040**

- 27.4.3.** Cópia dos LTCAT's de todas as atividades consideradas especiais para fins de aposentadoria e a relação atualizada de todos os trabalhadores alocados nestas atividades.
- 27.4.3.1.** Sempre que houver modificação nas atividades consideradas especiais ou modificação na listagem dos trabalhadores alocados, nova relação deverá ser encaminhada para a CONTRATANTE.
- 27.4.3.2.** Caso não haja no contrato, atividades consideradas especiais, seja pela natureza da exposição ou das medidas efetivas de controle (coletivas e individuais) a CONTRATADA deverá emitir uma declaração para a CONTRATANTE informando, de forma expressa, que não há trabalhadores sujeitos às condições especiais de aposentadoria nos termos da legislação previdenciária vigente.
- 27.5.** Havendo erros, omissões ou não conformidades nesta documentação, serão informados à CONTRATADA para correção. Depois de verificados, os documentos serão devolvidos.
- 27.6.** A CONTRATADA ficará sujeita à multa e sanções cabíveis, conforme disposto no edital a partir do momento que não cumprir prazo de qualquer atividade contratual.
- 27.7.** Nenhum serviço será realizado sem cobertura de Ordem de Serviço previamente emitida pela CONTRATANTE.
- 27.8.** A CONTRATADA deverá estar mobilizada para atender ao escopo definido, no prazo estipulado no cronograma.
- CLÁUSULA VIGÉSIMA OITAVA – DO INÍCIO DA EXECUÇÃO E DAS CONDIÇÕES DE RECEBIMENTO DOS SERVIÇOS DO CONTRATO**
- 28.1.** O prazo para início da execução dos serviços é de 30 (trinta) dias contados do recebimento da ordem de serviço com a respectiva Nota de Empenho.
- 28.2.** Os serviços somente serão recebidos quando perfeitamente de acordo com as condições contratuais e demais documentos que integram o Contrato.
- 28.3.** Todos os serviços em desacordo com as especificações técnicas, assim como falhas verificadas no ato de seu recebimento, deverão ser refeitos pela CONTRATADA, sem ônus para a CONTRATANTE. Nesses casos, o prazo para a recuperação dessas falhas será determinado pela FISCALIZAÇÃO, que comunicará imediatamente ao GESTOR do Contrato e sua inobservância implicará na aplicação das multas previstas no contrato.
- 28.3.1.** A reprovação dos serviços em qualquer fase de sua execução e a consequente correção não implicam no perdão ou alteração das multas respectivas.
- 28.4.** A fiscalização, após o término da vigência contratual e ao considerar o objeto do Contrato concluído, comunicará o fato à autoridade superior, que providenciará o Termo de Encerramento Contratual.
- 28.4.1.** O Termo de Encerramento Contratual emitido pela CONTRATANTE será assinado pelas partes e constará:

**Prestação de serviços de manutenção e monitoramento da coleta, processamento e queima do biogás do aterro da Central de Tratamento de Resíduos Sólidos – CTRS – BR 040**

- a) Atestado de atendimento pleno às disposições deste contrato e da execução dos serviços;
- b) Quitação plena pela CONTRATADA das importâncias relativas às faturas recebidas e emitidas contra a CONTRATANTE.

**28.5.** A responsabilidade da CONTRATADA pela qualidade, correção e segurança dos serviços subsistirá na forma da lei.

**CLÁUSULA VIGÉSIMA NONA – DA FUNDAMENTAÇÃO LEGAL E DA VINCULAÇÃO DO CONTRATO**

**29.1.** O presente contrato, rege-se, basicamente, segundo seu objeto, pelas normas consubstanciadas na Lei nº 14.133/2021, bem como no disposto pelo Decreto Municipal nº 10.710/2001, naquilo que for aplicável; pelo Decreto nº 11.245/2003; pela Lei Orgânica do Município de Belo Horizonte; pela Lei Municipal nº 11.065/2017, regulamentada pelo Decreto nº 16.681/2017; pela Lei Municipal nº 10.534/2012; pelo Plano Municipal de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos; pelo Decreto nº 13.757/2009; pelo Decreto nº 18.096/2022; pelo Decreto nº 15.185/2013; pelo Decreto nº 16.361/2016; pela Lei Federal nº 11.445/2007, regulamentada pelo Decreto Federal nº 7.217/2010; pela Lei Federal nº 12.305/2010; pelo Decreto Federal nº 7.404/2010; pelo Decreto nº 17.710/2021; pela Lei Federal nº 8.078/1990 e, no que couber, na Lei Federal nº 10.406/2002; na Lei Federal nº 12.846/2013; regulamentada pelo Decreto nº 16.954/2018; no Decreto nº 16.408/2016; na Lei Complementar nº 123/2006; na Lei Municipal nº 10.936/2016; no Decreto nº 16.535/2016; na Lei Federal nº 13.709/2018; no Decreto Municipal nº 18.289/2023; pela Resolução nº 1.025/2009 do CONFEA; pela Resolução nº 91/2014 do CAU; além da legislação trabalhista aplicável, em especial a Consolidação das Leis do Trabalho – CLT (Decreto Lei nº 5.452/1943); complementadas pelas normas constantes do Edital SLU - Concorrência Eletrônica nº 95.000/2024.

**CLÁUSULA TRIGÉSIMA - DA PUBLICAÇÃO**

**30.1.** Cabe à CONTRATANTE providenciar a publicação deste instrumento nos termos e condições previstas na Lei Federal nº 14.133/2021.

**CLÁUSULA TRIGÉSIMA PRIMEIRA – DO FORO**

**31.1.** As partes elegem, para solução judicial de qualquer questão oriunda do presente contrato, o foro da Comarca de Belo Horizonte.

**CLÁUSULA TRIGÉSIMA SEGUNDA – DAS DISPOSIÇÕES GERAIS**

**32.1.** A tolerância da CONTRATANTE com qualquer atraso ou inadimplência por parte da CONTRATADA, não importará de forma alguma, em alteração contratual ou novação.

**32.2.** A CONTRATADA exime a CONTRATANTE de responsabilidades civil, penal e administrativa se as atividades vinculadas ao presente contrato vierem a ser consideradas lesivas, nos termos da legislação vigente. Em caso de responsabilidade civil e administrativa, assegura-se o direito de regresso da CONTRATANTE contra a CONTRATADA.

**Prestação de serviços de manutenção e monitoramento da coleta, processamento e queima do biogás do aterro da Central de Tratamento de Resíduos Sólidos – CTRS – BR 040**

- 32.3.** A CONTRATADA ficará adstrita às penalidades constantes neste contrato até o cumprimento de todas as obrigações decorrentes da contratação, diante da legislação aplicável e normas instituídas neste contrato, independente do término da vigência contratual.
- 32.4.** A SLU dará autorização à utilização de área na CTRS BR 040, a título de mera permissão, que não induz a posse, para que a CONTRATADA a utilize para o local de guarda de máquinas e equipamentos, durante o período da vigência do Contrato.
- 32.5.** A CONTRATADA deve zelar pela conservação das áreas disponibilizadas pela SLU, entregando, ao final do Contrato, todas as instalações, no mínimo, nas mesmas condições em que recebeu.

E por estarem justas e concordes, assinam as partes o presente contrato, em 2 (duas) vias de igual teor e forma, para que produza todos os efeitos legais e resultantes de direito.

Belo Horizonte, 27 de agosto de 2024.

**Gilberto Silva Ramos**  
Superintendente de Limpeza Urbana  
**CONTRATANTE**

**CONTRATADA**  
Assinatura do representante legal  
**CPF**